

> Suamy Rafaely Soares | **A Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: um sujeito coletivo feminista em formação.**

I Resumo: O presente artigo objetiva apreender as particularidades da constituição do sujeito coletivo feminista no Cariri Cearense a partir da experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. A análise tem como pressuposto a experiência de resistência das mulheres do sertão, que estão longe dos grandes centros urbanos e convivem com relações sociais de sexo, raça/etnia e classe atravessadas por profundas desigualdades regionais. O sujeito coletivo feminista Frente de Mulheres consegue constituir mediações entre as singulares experiências das mulheres, ao passo que agrega uma multiplicidade de sujeitos individuais e coletivos, materializando-se enquanto corpo político com identidade diversa. Unidade diversa expressa na ideia de se fazer singular respeitando as diversas diferenças e se fazer universal a partir de pontos comuns de opressão.

I Palavras - chave: Movimentos feministas. Sujeito coletivo. Cariri. Frente de Mulheres

> Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2006), Mestrado e Doutorado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa das Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF), docente permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais PPGSSDS e militante feminista. Atua nos seguintes temas: Feminismos, movimentos sociais, direitos sexuais e reprodutivos, formação social do Brasil e direito à cidade.

E.mail: suamysoares@uern.br

ORCID 0000-0003-3474-0392

Suamy Rafaely Soares | **The Women's Front of the Cariri Movements: a feminist collective subject in formation.**

Abstract: This article aims to apprehend the particularities of the constitution of the feminist collective subject in Cariri Cearense from the militant experience of the Women's Front of the Cariri Movements. The analysis presupposes the experience of resistance of women from the sertão, who are far from large urban centers, and live with social relations of sex, race/ethnicity and class, crossed by deep regional inequalities. The feminist collective subject Women's Front manages to mediate between the unique experiences of women, while aggregating a multiplicity of individual and collective subjects, materializing as a political body with a different identity. Diverse unity expressed in the idea of making oneself singular, respecting the various differences and making oneself universal based on common points of oppression

Keywords: Feminist movements. Collective subject. Cariri. Women's Front

1 O SUJEITO COLETIVO FEMINISTA: “Nós falamos por nós”

Na tradição marxista, a noção de sujeito coletivo está articulada à classe social como seu fundamento. Todavia, mesmo entendendo a importância das análises em torno da classe, produção e reprodução do modo de produção capitalista, parte do pensamento crítico feminista elucidou que a classe, enquanto categoria de análise do sujeito, centra-se em um essencialismo do sujeito, universalizando-o no interior de cada classe. Esse pensamento totalizante e universal é também masculino e não faz distinção entre mulheres e homens, assim como não apresenta na vivência desse sujeito coletivo as desigualdades existentes na sociedade, no modo de inserção na divisão sexual racializada do trabalho. “Um sujeito universal e único não é encontrado nem mesmo em laboratório” (BANDEIRA, 2008, p. 213). A posição aqui assumida é a de que as classes sociais, embora fundamentais para a explicação sociológica, não são suficientes para a análise das relações sociais de sexo e das relações de raça.

A questão colocada pelos feminismos desde o século XIX perpassa pela crítica a razão objetiva moderna que articula o papel de sujeito coletivo à classe social, e elabora uma ideia de sujeito universal da história, de forma que tal crítica indica a necessidade de uma reflexão sobre a história das mulheres e a definição de um sujeito coletivo feminista. Como bem nos apontou Simone de Beauvoir (2009, p. 108), na obra *O Segundo Sexo*, “a história

mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos”, dentre eles o de universalizar a sua própria história, de forma que *nós*, mulheres, temos como tarefa prioritária tomar parte da elaboração do mundo, já que somos cotidianamente exploradas, oprimidas e apropriadas por uma lógica de mundo patriarcal, racista e capitalista.

A afirmação de Sousa-Lobo (2011, p.80) de que a “classe operária tem dois sexos”, conectada às abordagens das feministas socialistas e marxistas a partir da década de 1970, representou um ganho substancial para a compreensão das relações sociais de opressão, dominação e apropriação vivenciadas pelas mulheres, enquanto determinações sociais para além do conceito restrito de classe, já que apregoavam que a crítica ao capitalismo e o recurso à noção de classe não poderiam apagar as especificidades da posição de mulheres e homens na sociedade capitalista. Mas se *a classe operária tem dois sexos*, certamente ela também é perpassada por determinações estruturais de raça/etnia que impõem especificidades às experiências vivenciadas por brancos e negros.

Ademais, tornar-se mulher é um projeto de reconhecimento da condição de Outro e autoconstrução como sujeito individual e coletivo, que efetiva a passagem dialética do eu ao nós, do individual ao coletivo. Esses movimentos pressupõem a compreensão das mulheres como indivíduos na luta de classes, e das classes como espaços não homogêneos, e que, portanto, também se constituem a partir das dimensões de sexo/gênero e raça/etnia. Falo, portanto, de uma classe engendrada e racializada.

Para Kergoat (2018, p.34) “a passagem do eu para o nós, do individual para o coletivo” é essencial para a análise do sujeito coletivo em movimento, e para isso aponta a *aprendizagem coletiva* como subjacente à passagem de um grupo ao coletivo. Aqui, é importante a distinção entre grupo e coletivo, já que não se passa automaticamente da condição de indivíduo a de sujeito coletivo. Em sua compreensão, é preciso acionar uma instância intermediária, que seria o grupo.

Corroboro com Kergoat (2018) na acepção de coletivo enquanto a passagem de um grupo fracionado e com pouca capacidade mobilizatória para ação a um grupo com consciência de ser coletivo. “Em outras palavras, pode-se dizer que o coletivo é o exercício possível da potência, ou seja, de um poder não hierárquico, não coercitivo” e condição necessária para a constituição da consciência militante, assim como da produção da autonomia e emancipação (KERGOART, 2018, p. 100). Também, a autonomia é um elemento importante à constituição da noção de coletivo e de sujeito coletivo, e parte constitutiva da ação política feminista, como exercício – individual, grupal e coletivo de liberdade e autodeterminação das mulheres.

Ao incorporar a autonomia como parte constituinte de sua ação política, os movimentos feministas imprimiram novas referências que materializam a autonomia das mulheres como realidade que deve ser criada, formulada. Sendo assim, a teoria política feminista parte de um princípio que, situado fora da ordem dominante de pensar, possui potencialidades para promover rupturas com a tradição. O princípio da autodeterminação das mulheres. Autonomia, neste contexto, pode ser sintetizada na perspectiva apresentada pelo grupo *Nenhuma nem Outras*: [...] é a capacidade de comprometer-se com as reivindicações e necessidades como mulheres. [...] Um processo pessoal para a tomada de

decisões, mas também de expressão coletiva. Um meio de ganhar espaço a partir do qual transformar a realidade das mulheres e elaborar proposta de mudança para a sociedade em seu conjunto (GURGEL, 2010, p. 4).

O entendimento acerca do coletivo passa, também, pela apreensão da consciência militante enquanto consciência política potencializadora de relações entre sujeitos que se reconhecem enquanto coletivo, a fim de construir as transformações necessárias. Nas palavras de Cisne (2014, p. 152), “[...] a consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo”. Cumpre dizer que militância aqui é entendida na perspectiva da feminista negra Gomes (2010, p. 508): “como produção de um conhecimento que não se esgota em si mesmo, mas propõe reflexões teóricas que induzem ações emancipatórias e de transformação da realidade”. E a realidade das mulheres é de constante expropriação dos seus corpos e suas vidas. As coisas que combatemos enquanto movimento social são degradantes da condição humana, tais como violações, expropriações e apropriações, de forma que militar vai ser colocado às mulheres – de forma individual e coletiva - enquanto uma tarefa de resistência e de confronto com sistemas de exploração-opressão, porque na *práxis militante* nós vamos aos poucos entendendo melhor como o mundo funciona e ele funciona abominavelmente. Para militar, acionamos a nossa consciência revolucionária, no sentido de identificar nossas dores pessoais e os sistemas que nos subordinam. Somos reprimidas pelo estado, ideologias dominantes, corporações

médicas e financeiras, igrejas, mídias e pelos homens – inclusive os que estão do nosso lado nas fileiras dos movimentos sociais. Para resistir é preciso força e compreensão do ser mulher, no plural, como uma “experiência socialmente compartilhada e historicamente situada” (CAMURÇA, 2007, p. 16).

No caso particular dos movimentos feministas, a consciência militante tem o caráter de reconhecimento das múltiplas explorações-expropriações-opressões as quais as mulheres foram historicamente submetidas, de pertencimento a si e de constituição de ações políticas concretas, no campo teórico-organizativo. Essa tomada de consciência “sobre a própria opressão e exploração é resultante, e pressuposto, do processo de formar-se mulher feminista. Sem o que, não há movimento” (CAMURÇA, 2007, p. 13). Para tanto, faz-se necessário que o movimento feminista amplie suas bases sociais e organize politicamente o *nós mulheres*, no sentido de cumprir a tarefa central de “mobilizar as mulheres conscientes de sua força de oprimidas”.

O feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um *nós mulheres*, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação (CAMURÇA, 2007, p. 13).

Os movimentos de mulheres, e particularmente os movimentos feministas, formaram-se a partir de reivindicações em torno da ideia de direitos e da possibilidade das mulheres ocuparem os espaços públicos e políticos. Para além do reconhecimento de uma

relação de injustiça, as mulheres (das elites ou classes intermediárias) tiveram que romper com o confinamento doméstico e com a vida privada. Para Sousa-Lobo (2011, p. 183): “Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigentes nos espaços da sociedade”. A autora ainda alude acerca da formação dos feminismos como sujeito político, situando que “[...] passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas portador de reivindicações, mas um sujeito político” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 223).

Dessa maneira, as mulheres, a partir do processo de tomada de consciência, agenciam a superação da alienação de si mesmas, da natureza e como seres humanos. Processo que só pode acontecer pela construção da identidade coletiva ao tentar superar os espontaneísmos e reivindicações isoladas e imediatas, constituindo ações coletivas.

Na tentativa de ultrapassar a *consciência em si*, as mulheres construíram uma identidade coletiva a partir da ocupação dos espaços públicos e da análise concreta da realidade social pela via da crítica contundente ao patriarcado, capitalismo, racismo e heteronormatividade, mesmo que tal crítica não tenha acontecido ao mesmo tempo e tenha sido perpassada por inúmeros tensionamentos no interior dos movimentos. Mas tal momento incidiu na construção de uma agenda comum voltada para a elaboração de uma nova cultura, ao considerar as diferentes desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

Cabe dizer que os movimentos feministas, estando no interior da sociedade civil, no campo contra-hegemônico, disputam a hegemonia para dirigir moral, intelectual e politicamente a sociedade. Como produtor e difusor de ideologias *historicamente orgânicas* ou contra-hegemônicas, interesses e valores, ele é portador material de uma visão de mundo em disputa para a criação e desenvolvimento de uma nova cultura.

Retomando ao leito do texto, Cisne (2014) sintetiza alguns elementos indispensáveis para a formação da consciência militante:

1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; 2) o sair de casa; 3) a identificação na outra da sua condição de mulher; 4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; 5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento (CISNE, 2014, p. 177).

A autora coloca como primeiro passo para a formação dessa consciência o processo de ruptura com as naturalizações do sexo e com a família que ela denominou de *apropriação de si*. Essa percepção das mulheres enquanto sujeitos capazes de exercitar a autonomia corporal, a liberdade, o autocuidado, traduz uma importância individual dos feminismos na vida das mulheres. “Esse processo do apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feministas” (CISNE, 2014, p. 177). Não ter a propriedade de si faz parte do *destino biológico* que Beauvoir propunha que as mulheres transgredissem no Segundo Sexo.

Na mulher há, no início, um conflito entre a sua existência autônoma e seu ser-outro; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar a sua autonomia [...] pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajasse a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa; a mesma ousadia que o menino (BEAUVOIR, 2009, p. 9, grifo nosso).

A autonomia individual, mesmo que conflituosa para as mulheres, é a primeira forma de contestação aos padrões de feminilidade e masculinidade instituídos pelo patriarcado e dos homens enquanto privilegiados. A feminilidade é uma invenção histórica, consolidada na identidade das mulheres em um determinado corpo sexuado que aprisiona a mulher enquanto categoria social. Nesse sentido, o *devoir histórico* das mulheres é a ruptura com o eterno feminino, com um modelo normatizado de existência para a mulher, que as submete a normas, estatutos e valores de dominação, exploração, expropriação e despossessão. Ousar questionar o lugar de *Outro* e o destino feminino coloca as mulheres a possibilidade de, através do autoconhecimento e da desnaturalização do corpo, conduzir o processo de descobrir-se feminista e romper com a alienação de si.

O segundo ponto está associado à ruptura das mulheres com o confinamento doméstico como condição indispensável à apropriação de si, conseguir se afirmar como sujeitos de si e de suas vidas.

[...] o sair de casa envolve processos de ruptura com a alienação e o enfrentamento com instituições como a família e a Igreja, bem como com toda a construção ideológica que a mulher deve estar necessariamente voltada para servir ao outro, ainda que passe por cima de si (CISNE, 2014, p. 183).

Trata-se da desnaturalização da divisão sexual racializada do trabalho, que separa as esferas públicas das privadas e responsabiliza as mulheres pela reprodução social, aqui entendida como ser força de trabalho, reprodutoras de novas forças de trabalho, responsáveis pelos cuidados domésticos, socialização das crianças e serviços domésticos, além de funcionarem como amortecedor dos problemas psicológicos e afetivos do núcleo familiar. Segundo Firestone (1976, p. 255) “[...] a família não é nem privada, nem é um refúgio; está, sim, diretamente relacionada – sendo até a sua causa – aos males da sociedade em geral, males que o indivíduo não é capaz mais de enfrentar”.

O reconhecimento na outra da sua condição de mulher e a importância do grupo e da militância política em um movimento social se articulam e retroalimentam, já que fomenta processos de rebeldia no campo individual que gradativamente vão se corporificando em reivindicações coletivas e, posteriormente em ações políticas coletivas com perspectivas de transformação social e emancipação humana.

A ação do grupo, portanto, “assume a forma, via de regra, de transgressão, de negação do que está estabelecido, de subversão” (IASI, 2006, p. 521). A construção desse processo grupal, contudo, não elimina a dimensão individual do ser social, permeado por subordinações, crises, negações e rupturas no movimento de consciência (CISNE, 2014, p. 185). Para a autora, é “no movimento de reconhecimento na(s) outra(s) que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força pública para o enfrentamento

das opressões” (CISNE, 2014, p. 185). De forma que é nessa identificação com a outra que a *capacidade de dizer nós* é fortalecida e potencializa, uma consciência feminista coletiva que permite a autodesignação da mulher e sua autonomia – no plano individual e coletivo. Aqui, a experiência das mulheres nas relações concretas da sociedade heteropatriarcal-racista-classista fundamenta uma *práxis feminista* comprometida com a transformação da vida das mulheres.

Por fim, Cisne (2014) aponta a necessidade de associar as lutas concretas aos processos de formação política. Acontece que a identificação por parte da(s) mulher(es) de sua condição de explorada-expropriada-oprimida e da(s) outra(s) como um *nós comum*, passa pelo questionamento da mulher como sujeito universal e do reconhecimento da diversidade de experiências, de opressões enquanto corpos individualizados e sujeitos sociais. Assim, é “[...] fundamental que as diversas objetividades que movem a resistência das mulheres sejam reconhecidas e assumam a mesma visibilidade e potencial de articulação interna do feminismo como sujeito de emancipação” (GURGEL, 2014, p. 12).

Para isso, é preciso considerar que durante muito tempo houve uma negligência ou omissão presumida por parte dos feminismos hegemônicos, leia-se branco, letrado e classe média, em reconhecer as experiências de mulheres em outros contextos geopolíticos, étnico-raciais, de sexualidades dissidentes e classes periféricas, que só será sanado – ainda que provisoriamente – pela contribuição das feministas latino-americanas, lésbicas, negras

e populares. “As mulheres feministas sabem, agora, o que nos diz Delphy, a cartografia da opressão nunca está terminada, nem mesmo agora” (CAMURÇA, 2007, p. 15).

Para Camurça (2007, p. 15), “é preciso, sem dúvida, afirmar as mulheres como identidade política”; de uma parte, recusando tendências teóricas que essencializam as mulheres a partir da constituição de um sujeito feminino universal; de outra, recusando a constituição de uma identidade comum entre as mulheres. Como afirma Silva (2010, p. 23), “A dialética de ser sujeito implica em compreender as mulheres como pessoas na singularidade de suas experiências e compreender o grupo social mulheres como tendo algo em comum, apesar de suas diferenças e desigualdades internas”.

De acordo com Gurgel (2010) a construção do sujeito feminista coletivo parte da mediação entre totalidades parciais de opressão-dominação-apropriação das mulheres com a totalidade social que demanda um sujeito político de ação. “Essa perspectiva confere ao feminismo um duplo processo de construção como sujeito coletivo: o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade diversa identitária” (GURGEL, 2014, p. 72); que a autora tem chamado de “o feminismo como sujeito coletivo total”. Essa mediação reconhece a heterogeneidade dos feminismos no que diz respeito à formação, experiência das mulheres, contextos geopolíticos, socioeconômicos, culturais e religiosos, propondo o reconhecimento de um sujeito múltiplo e ao mesmo tempo com demandas específicas, “[...] que reflita a aceitação das experiências particulares dentro da identidade coletiva”(GURGEL,

2014, p. 72).

Compreendemos que a categoria de coletivo total permite uma leitura das diversas singularidades no feminismo, sem hierarquização, pois ao dar o ultimato do total, exige a descoberta das totalidades parciais. Ao mesmo tempo, reivindicar o total distancia dos riscos da fragmentação e/ou isolamento nas especificidades. Trata-se, portanto, do reconhecimento das particularidades no todo da diversidade que compõe o sujeito múltiplo (GURGEL, 2014, p. 73).

Esse sujeito múltiplo, com demandas específicas, congrega em si a necessidade de constituir espaços de aglutinação de diversos sujeitos feministas, bem como de mediar as tensões dos mais diversos campos ideopolíticos dos feminismos, corporificando uma certa unidade na diversidade no que diz respeito à ação e à produção do conhecimento.

É relevante reflexionar sobre a acepção de Gurgel (2014) de totalidades parciais e totalidade social, no sentido de não corroborar com a percepção de que as mulheres constroem uma *luta específica*, ou que as lutas políticas das mulheres são uma fase da conquista do poder político pelas classes trabalhadoras, ou ainda que são um sujeito específico e que fazem a luta de classes, entendida como a síntese de todas as lutas. As mulheres, ao se construírem como sujeito coletivo, se constroem na imbricação das relações de classe, raça, sexo, em um processo de confrontação das relações de sexo e das outras relações sociais ao mesmo tempo. Portanto, as mulheres não fazem sua luta para, a partir daí se sintetizarem na luta de classes, nem contribuem para a luta de classes, nem tampouco realizam lutas específicas, elas fazem também a luta de classes ao fazerem

a luta, confrontando o patriarcado e o racismo enquanto sujeito coletivo feminista.

2 As Mulheres insurgentes em um “Cariri que odeia as mulheres”

“O cariri é um território perigoso para as mulheres”, dizia enfaticamente a corretora de imóveis logo quando aptei na região a trabalho. Implicitamente ela dizia: proteja-se! Nos bares, nos meios de comunicação, nas escolas, expressões artístico-culturais e em universidades essa sentença é cotidianamente repetida: “aqui não é seguro para as mulheres”. Faz parte do cotidiano de todas as mulheres e é amplamente naturalizada, a ponto de uma missa ter continuidade mesmo após um feminicídio acontecer em sua calçada. Estou mencionando o assassinato da pedagoga Silvany, apagada materialmente na frente da Igreja da Sé no horário da missa e que não dispôs de solidariedade dos cristãos ali presentes. O seu corpo ficou durante quase uma hora exposto, tal imagem foi compartilhada pelo seu filho, mas a missa não parou. Mais uma imagem atroz para perseguir as mulheres caririenses.

O Cariri é uma região localizada no interior do Ceará que assume a função de um dos principais polos comerciais do Nordeste, sendo referência para cidades dos estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco. Um território heterogêneo e determinado por relações sociais de ruralidade e urbanidade, tendo sido constituído com traços marcantes da grande

propriedade senhorial, coronelismo, messianismo, cangaço, tradição e religiosidade.

Um território contradição formado por contrastes de diversidade cultural, intensas contradições de classes, raças e relações de gênero, e que coexiste entre projetos de modernidade e tradição, constituindo intersecções entre passado e presente. Nesse mosaico de contradições que é o território Cariri, pontuamos o amplo crescimento econômico e populacional a partir do século XX, muito potencializado pelo desenvolvimento do turismo religioso em torno da figura do Padre Cícero. Isso trouxe investimentos públicos e privados para toda a região e repercutiu no alargamento de outras áreas econômicas, como o comércio, a indústria calçadista e, recentemente, a interiorização das universidades.

Para as mulheres, o Cariri corporifica-se em seu imaginário como uma força que é preciso enfrentar; mas aí o sujeito da exploração-dominação-apropriação das mulheres é o patriarcado que toma sua expressão particular no Cariri. Assim, o Cariri como território e sua constituição – e invenção – é uma elaboração patriarcal, ancorada no ódio às mulheres e ao seu apagamento enquanto grupo social. Ouso dizer que o assassinato e o apagamento das mulheres enquanto grupo social é um traço fundante das relações sociais e das particularidades do patriarcado na região.

Acrescenta-se a isso o fato de o Cariri se conformar como uma terra fortemente marcada pela religião, tradição e violência, que se unifica em torno de arquétipos morais, sociais, culturais e estéticos do sertão e do patriarcado rural. A vigilância e a tutela dos corpos

femininos se sustentam, fundamentalmente, pelos valores tradicionais do patriarcado, dentre eles a separação entre público e privado, a valorização da família e da maternidade, bem como a centralidade na religiosidade. Tal quadro estabelece as desigualdades entre os gêneros e a submissão das mulheres a essa desigualdade, como também produz uma verdadeira invisibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, acompanhado da naturalização de sua impunidade.

Outro elemento diz respeito à forte relevância social, política, cultural e econômica da religiosidade para o sertão caririense. Friso a necessidade de compreender as religiões e a religiosidade como espaços contraditórios e de produção-reprodução de relações sociais. Na particularidade do Cariri, a religiosidade é exteriorizada com a preservação do misticismo, que gira em torno dos santos católicos, de superstições e de crenças populares que articulam constantemente o sagrado e o profano. Um elemento interessante a se enfatizar é a grande quantidade de terreiros de religiões de matriz africana na região, evocados no dito popular: “Juazeiro, Juazeiro, em cada sala um altar. Em cada quintal um terreiro; uma cultura que sincretiza a teologia católica romana, o catolicismo popular, a cultura sertaneja rural e os traços de urbanidade.

Esse caldo cultural religioso também reafirma constantemente a vocação dos caririenses para a fé e o trabalho, como apregoava *Padim Ciço*; bem como a defesa constante das relações familiares e dos tradicionais papéis de gênero. Portanto, é incontestante

que as desigualdades entre homens e mulheres também se produzem e reproduzem na religiosidade do povo Cariri. As religiões existentes são, em muitas situações, espaços de dominação das mulheres e têm legitimado concepções de mundo e práticas misóginas, embora se reconheça aqui que há espaços contestatórios e progressistas no interior das religiões.

Considero que essas construções simbólicas fixam, produzem e reproduzem, consciente ou inconscientemente, a subordinação da mulher, mas não agem isoladamente, precisando das estruturas sociais para engendrar a dominação masculina, dos burgueses, dos brancos e dos jovens. Em certa medida, a religiosidade dessa região produz e reproduz relações patriarcais de sexo demarcadamente desiguais, com altos índices de feminicídio, violência contra as mulheres, estupros coletivos e corretivos, assédio moral, entre outras expressões de violação ao corpo e à cidadania das mulheres. Essa articulação entre os traços tradicionais da cultura patriarcal e a religiosidade caririense operacionaliza uma profunda naturalização e invisibilidade das problemáticas supracitadas, inclusive no que tange ao Estado e à efetivação das políticas sociais, bem como com relação à atuação dos movimentos de mulheres e feministas.

Embora, nas últimas décadas, tenham-se materializado profundas transformações societárias no Cariri, tais como: robustecimento de valores urbanos, grandes fluxos migratórios em virtude do alargamento das indústrias calçadistas, expansão do comércio

em torno das romarias e do turismo religioso, além da interiorização das universidades, ainda prevalecem fortemente os traços do patriarcado rural e as tensões entre o mundo urbano e rural, que repercutem em interdições múltiplas à vida das mulheres. Essa conjuntura faz do Cariri “um ser tão contradição” que reatualiza o patriarcado cotidianamente e cria, ao mesmo tempo, grandes resistências.

Esses elementos contribuem diretamente para a região ser marcada pelas múltiplas violências contra as mulheres e os altos índices de feminicídio. De 2001 a 2014¹, 228 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros cabe dizer que a maior parte dos assassinatos ocorrem com violência sexual e requintes de crueldade, presença de indícios de tortura, carbonização dos corpos, decapitação de partes do corpo, estrangulamentos, uso de armas brancas, havendo também registros de mulheres enterradas vivas ou apedrejadas até a morte. Há um apagamento material das mulheres, mas também um apagamento de suas imagens. Caixões velados e corpos desaparecidos.

Em 2016 *Cadê Rayane?* foi a pergunta que mais as feministas ecoaram. Uma jovem de 24 anos, negra e moradora de uma comunidade periférica ficou desaparecida durante dois meses, quando as investigações policiais afirmaram que o seu ex-namorado havia assassinado e jogado seu corpo no rio São Francisco. Rayane não teve um sepultamento. A Frente de Mulheres pressionou todas as instâncias estatais a fim de solucionar o caso, assim como assessorou a família da jovem e atualmente acompanha o processo de prisão

1 Utilizo os dados de 2001 a 2014 por esse período corresponder a constituição dos movimentos de mulheres e feministas na região do Cariri Cearense. Números catalogados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense.

do acusado de assassinato. Esse caso impactou fortemente a subjetividade das feministas da região.

O movimento feminista local registrou um costume praticado entre as mulheres caririenses, que expressa o impacto do patriarcado e do feminicídio na região, quando uma mulher é assassinada, seu corpo é enterrado junto com todos os boletins de ocorrência e solicitações de medidas protetivas. Simbolicamente, as mulheres enterram a impunidade e reafirmam a presença de microestratégias de enfrentamento às violências, também, se negando a serem apagadas enquanto classe.

A esses dados acresço a intensa incidência de violência sexual, especialmente estupros, com a ocorrência de estupros coletivos e corretivos, bem como leilões de mulheres “virgens” em casas de prostituição da região. No ano de 2016, foram notificados 4 casos de estupro em menos de 10 dias, ocorridos no centro da cidade do Crato e durante o dia. Segundo o Observatório da Violência e Direitos Humanos da Região do Cariri, ligado à Universidade Regional do Cariri (URCA), entre janeiro e julho de 2016, Juazeiro do Norte apresentou taxa de 5,87 notificações de vítimas de violência para cada 1.000 mulheres; no Crato taxa de 9,16 notificações de vítimas de violência para cada 1.000 mulheres; e Barbalha, taxa de 0,49 notificações de vítimas de violência para cada 1.000 mulheres, em um total de 6,1 notificações de vítimas de violência para cada 1.000 mulheres no eixo CRAJUBAR (Crato-Juazeiro-Barbalha).

Mesmo com dados de violência e feminicídio alarmantes, a implantação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher teve início apenas em 2002, após uma onda de homicídios na cidade do Crato e na região, ocorrida em 2001, que vitimou 13 mulheres em um curto espaço de tempo. Assim, os movimentos sociais da região, especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense (CMDMC), impetraram um conjunto de ações no sentido de denunciar a histórica violência contra a mulher no Cariri, pressionar por punição aos culpados e efetivação de políticas públicas para as mulheres (MARQUES; QUIRINO; ARAÚJO, 2013).

Essa conformação de um “Cariri perigoso para as mulheres” fez emergir inúmeras formas de resistência por partes destas ao longo do tempo, em geral ligadas às demandas de violência contra a mulher, mas ainda pouco exploradas historiograficamente e com movimentos intensos de fluxos e refluxos organizativos.

Nesse panorama, enfatizo as mulheres em luta pela anistia, a Associação das Mulheres do Crato, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, bem como as lutas contra os assassinatos de mulheres como os germes para a constituição do sujeito feminista coletivo. Dentre as lutas supracitadas, cabe destacar o protagonismo da Associação das Mulheres do Crato e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, no sentido de compor um movimento de mulheres com organicidade política.

A atuação do Conselho entre os anos de 2001 e 2003 foi intensa em virtude do

assassinato violento de 13 mulheres na região, que ficou conhecido como **escritório do crime** e provocou movimentações em torno do enfrentamento à violência contra as mulheres e a necessidade de delegacias especializadas. Para Marques (2019, p. 6), as movimentações desse período possibilitaram a implementação de políticas públicas de proteção às mulheres, com a chegada das Delegacias da Mulher em Crato e Juazeiro.

Posteriormente, foram implantados o Centro de Referência Regional da Mulher (CRRM), em 2015 na cidade de Crato e em 2013, em Juazeiro do Norte. Por fim, o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher- NUDEM, foi implantado em 2017. A visibilidade da violência letal ou não contra a mulher tornou mais visível uma rede de mulheres atenta a questões de Direitos Humanos e equidade de gênero, ao mesmo tempo que concentrou grande parte das lutas sociais à questão da violência contra a mulher e à institucionalização dessas questões a partir de reivindicações em torno de equipamentos públicos para seu combate (MARQUES, 2019, p. 6).

Contudo, essa resistência feminina vai ganhar contornos diferenciados a partir de 2012, com a constituição da Marcha das Vadias no Cariri e, posteriormente, com sua dissolução e formação da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. Com isso, teremos o movimento feminista de forma orgânica e multifacetada, com a proliferação de grupos de mulheres, debates feministas, atos públicos, contramarchas e emergência de grupos de estudo nas universidades; em outras palavras, a construção do sujeito feminista como um coletivo total que se constitui “mediante um duplo processo: o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade programática que reflita a aceitação das experiências particulares dentro da identidade coletiva” (GURGEL, 2014, p. 1).

3 Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri – “Uma sobe e puxa a outra”

A experiência das mulheres no Cariri Cearense e sua constituição enquanto sujeito coletivo feminista perpassa, fundamentalmente, pelo reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitas apropriadas-exploradas-dominadas pelo patriarcado, a partir de relações sociais racializadas de sexo assimétricas e profundamente violentas. Tal reconhecimento se processa em um movimento dialético de constantes aproximações e distanciamentos das mulheres e de uma conjunção de grupos sociais e trajetórias individuais heterogêneas, com preponderância das mulheres universitárias e trabalhadoras rurais, que paulatinamente reivindicavam a reinvenção do espaço público-político caririense.

Essas mulheres se agrupavam para a resolução de demandas urgentes, em geral articuladas a reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, além de, principalmente, enfrentar a violência contra as mulheres na região, inclusive no interior dos movimentos sociais mistos, partidos e sindicatos. Posteriormente, o combate à violência se transformaria na pauta central da plataforma reivindicatória feminista local.

Enfatizo que as mulheres organizadas no interior das lutas sociais começam a incorporar a percepção de que são sujeitos sexuados e que há necessidade de coletivos sexuados, mas ainda sem o reconhecimento integral de sua condição de opressão-exploração-apropriação, assim como sem se autodesignarem feministas. A centralidade

estava em defender a vida das mulheres, combater a violência e reivindicar justiça para as mulheres assassinadas, com a instituição de inúmeras experiências de proteção, autocuidado e acompanhamento das mulheres em situação de violência.

Durante a década de 1990, as mulheres em movimento acompanhavam os jurisdos acusados de assassinato a fim de realizar pressão e reivindicar a sua punição; faziam vigílias pelas mulheres assassinadas e grupos de autoconsciência. As feministas da Frente de Mulheres identificam nas ações contra o feminicídio e a violência das décadas de 1980 e 1990 uma espécie de *vocação* das caririenses para a constituição de ações diretas e de rua, que entendem como sendo a principal estratégia de luta do movimento local até hoje.

As lutas por melhores condições de vida e o enfrentamento à violência protagonizados pelas mulheres nas associações de bairro e nos sindicatos de trabalhadores rurais, potenciadas pelas Comunidades Eclesiais de base e as professoras universitárias da região, tinham as ações diretas e assistemáticas de rua como principal forma de atuação, fato que só vai ser modificado com a emergência do Conselho Municipal da Mulher Cratense em 1993. Ao meu ver, a participação em ações diretas é fundante na constituição de uma consciência militante, que se processa no movimento duplo de reconhecimento das explorações-dominações-expropriações e organização da luta.

Convém dimensionar a importância da Marcha das Vadias para a constituição de um sujeito feminista coletivo no Cariri. De um lado, contribuiu para o encontro de diversas

mulheres que militavam na região, posteriormente estabelecendo uma pluralidade de movimentos feministas e, desse modo, provocou inúmeros debates sobre as pautas reivindicatórias das mulheres na região. De outro lado, aglutinou ações de mulheres contra as opressões que as conectou à necessidade de pensar para além do movimento, estabelecendo uma identidade feminista entre elas. A Marcha das Vadias, desde sua primeira expressão no ano de 2011, tem se consolidado enquanto uma movimentação massiva, uma ofensiva contracultural às organizações políticas sexistas e na defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade. Tais protestos chegam ao Brasil seguindo as tendências internacionais e, concomitantemente, incorporando pautas locais.

É relevante analisar que as Marchas das Vadias foram mais visíveis e massificadas em capitais e cidades de médio porte, com forte publicização nos meios de comunicação de massa, e em geral importando o conteúdo performático e as pautas das Marchas dos países centrais, especialmente do Canadá. No caso do Cariri, a Marcha, mesmo incorporando pautas locais e promovendo canais de diálogo com a população, não conseguiu ganhar uma força política que agregasse as mulheres em torno dela. Pelo contrário, potencializou muito mais divergências, tensionamentos e rupturas, sobretudo com as mulheres negras e trabalhadoras rurais, que apesar de se identificarem com algumas de suas pautas, não desejavam se autodesignar ou serem designadas como vadias.

Ademais, para a particularidade sertaneja, a Marcha das Vadias demonstrou ter grandes

limites em virtude de os movimentos de mulheres terem se constituído fundamentalmente de trabalhadoras rurais e estarem ligados aos movimentos de Comunidades Eclesiais de Base, bem como das mulheres não conseguirem se autodesignarem *vadias*. Isso tem relação com a formação judaico-cristã e dos valores tradicionais do patriarcado rural que impõe a tutela dos corpos e da sexualidade das mulheres do Cariri. De outra parte, as mulheres da universidade tiveram bem mais proximidade com os espaços políticos da Marcha das Vadias, que também pode ser caracterizado como uma expressão dos intensos fluxos migratórios na região, bem como da ampliação do contingente de estudantes universitárias como produto da interiorização das universidades.

Embora o questionamento sobre o corpo, a sexualidade e o exercício da cidade unificasse as mulheres da Marcha, o termo “vadia” as separava e causava constrangimentos às militantes mais históricas. Se o reconhecimento enquanto coletividade de iguais é imprescindível para a formação do sujeito político, então não se reconhecer enquanto vadia estabeleceu entraves nesse momento, que posteriormente foram superados com o esgotamento da experiência das Vadias.

Durante a organização das Marchas de 2013 e nas suas avaliações, as mulheres que estavam nesse processo começaram a questionar o formato das marchas em nível nacional e local, bem como fomentaram o debate de superação dessa estratégia de luta a partir da constituição dos feminismos na região, com ações organizadas e sistemáticas.

Esse processo de reconhecimento da necessidade de composição de ações políticas articuladas a um corpo teórico mais consistente e sistemático que a Marcha das Vadias foi potencializado pela intervenção dos coletivos de mulheres negras, em especial o Pretas Simoa e da leitura do Manifesto “uma carta aberta de mulheres Negras para a Marcha das Vadias” que tensionavam o não reconhecimento das experiências vivenciadas pelas mulheres negras na autodeterminação enquanto vadias, já que em seu entendimento a negritude não tinha o privilégio social de desmistificar o conceito de vadia ou ridicularizar as representações destrutivas que marcaram o imaginário social, a corporalidade e a subjetividade das mulheres negras, embora reconhecessem a importância de dimensionar o corpo enquanto instrumento político e a luta anti-estupro como uma questão central ao movimento. De forma que a Marcha das Vadias foi compreendida como um chamamento para a ação direta em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, mas como uma tática de luta limitada e que poderia ser superada para melhor incorporar as diversidades de mulheres.

Em resposta a tais problematizações, as feministas caririenses decidiram exaurir a experiência da Marcha das Vadias, em sua forma e conteúdo, a partir do entendimento coletivo de que tal intervenção política não dialogava com as heterogeneidades e especificidades das mulheres, bem como não avançava na construção de um feminismo anticapitalista, anti-patriarcal, anti-lesbo-homo-bi-transfóbico, antirracista e sertanejo.

Portanto, era urgente constituir outra forma de organização feminista e, sob esta égide, emerge a Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri, com o objetivo de materializar o que para elas é a tarefa estratégica do feminismo, produzir fissuras no patriarcado a partir da compreensão das particularidades das mulheres do sertão.

A Frente se organiza, segundo seus documentos, como “[...] espaço feminista de articulação, organização e formação” (FRENTE, 2018), tendo como princípios a unidade na diversidade, reconhecendo a heterogeneidade dos grupos sociais, partidos, coletivos, associações, entidades e sujeitos que a compõem, assim como a democratização dos processos decisórios a partir da produção de consensos, que em geral acontecem em reuniões ampliadas. Assim, é demarcada pela ausência de hierarquizações e centros organizacionais, embora tenha uma coordenação executiva responsável por mobilizar as militantes.

A ideia da Frente é possibilitar a auto-organização das mulheres na região, inclusive no interior dos movimentos sociais mistos, com o objetivo de lutar pela liberdade substantiva das mulheres enquanto grupo social. Cabe dizermos que a Frente de Mulheres intenciona não interferir na organização política e na autonomia dos seus grupos integrantes, já que o objetivo principal é contribuir com a construção da unidade nas lutas contra a exploração/opressão de classe, gênero, raça e orientação sexual na região, afinal, “juntas potencializamos as ações que não possuem tanto peso se forem realizadas individualmente ou somente por

um grupo” (ISIDORIO; LIMA; GRANGEIRO; SOARES, 2015, p. 265).

Essa tem sido uma tarefa que demanda bastante energia das militantes, já que compõem a Frente vindo de espaços políticos, experiências pessoais e perspectivas ideopolíticas muito distintas, como, por exemplo, agregam as mulheres dos setoriais do PSOL, PSTU e PT, anarquistas, sem filiação partidária, jovens e idosas, lésbicas, transexuais, de terreiro e da base da Igreja Católica, urbanas e rurais, da universidade, dos sindicatos de trabalhadoras rurais e da educação, das periferias, negras, entre outras diversidades que congregam um mosaico de experiências vividas, articuladas em um projeto coletivo de tornar-se mulher no sertão.

Isso traz uma complexidade na organização feminista e provoca fluxos, refluxos, entradas e rupturas contínuas, mesmo que elas apreendam a pluralidade de experiências como uma força impulsionadora da ação feminista, capaz de ampliar o acesso a diversos grupos de mulheres e dar respaldo junto a outros movimentos sociais, articulações de luta e ao poder público. Tal diversidade também é provocadora de um limite prático para o alinhamento de objetivos, discursos e aceitação das experiências específicas na materialização de uma unidade programática, que nas palavras de Gurgel (2014, p. 73) “[...] proporciona a inclusão horizontalizada das demandas específicas que compõem o sujeito mulheres, ao assumir como princípio fundador as diversidades de mulheres”.

Quando as mulheres negras elencam suas pautas e reivindicam a centralidade do

debate de raça/etnia no interior da Frente, acabam por dimensionar a sua auto-organização como questão prioritária, e geram tensionamentos no movimento feminista e na Frente enquanto espaço que se designa como plural. Ademais, expõem a dificuldade das mulheres brancas de perceberem as desigualdades entre as mulheres a partir da raça/etnia, classe, sexualidade e regionalidades. Dificuldade essa fincada nos privilégios históricos que as mulheres brancas detêm em relação às negras e que nem sempre estão dispostas a problematizar. O sujeito coletivo Frente de Mulheres emerge confrontando as relações patriarcais de sexo, mas a sua pluralidade constitutiva acaba trazendo o enfrentamento das questões de raça e de classe como contradição que precisa ser dialeticamente pensada e incorporada como pauta central, mesmo que isso aconteça com avanços e recuos.

Para Marques (2019, p. 8), “a relevância da Frente seria reforçada justamente pelo tensionamento de dizibilidades que antecedem sua conformação, apontando projetos para futuras ações e a tessitura de novas gramáticas”; de forma que as rupturas e tensionamentos do processo de conformação da Frente e de sua auto-organização provocaram as militantes a pensar na ação feminista de uma maneira mais orgânica e ancorada num corpo teórico-metodológico mais consistente.

Para tal, começaram a pensar sobre a identidade da Frente, no sentido de problematizar se era uma Frente feminista ou de mulheres organizadas, as referências teórico-políticas que podiam acionar, o feminismo que queriam construir e as pautas centrais. Nesse

momento, a formação política foi entendida como prioritária para elucidar a identidade, missão e objetivos da Frente, que empreendeu esforços para a realização de um Seminário de Formação, intitulado “Gênero, Feminismo, Raça e Classe. Contudo, no último módulo da capacitação, houve um esvaziamento na atividade que gerou um grande desgaste entre as militantes da Frente, especialmente entre as negras e brancas.

As mulheres negras da Frente se questionavam: com quantos esquecimentos se fazem um movimento social? A partir daí a questão norteadora, **o que me move ao movimento de mulheres?** possibilitou uma autorreflexão acerca do porquê se movimentar em coletivo tinha se tornado uma escolha pessoal, um projeto e uma atuação coletiva consciente e autônoma. Também precipitou uma problematização acerca da necessidade de tornar central o debate de raça/etnia no interior da Frente e fora dela. Esse momento foi compreendido como um espaço político-afetivo de profunda comoção e partilha das experiências vividas pelas mulheres negras, de resgate/fortalecimento da ancestralidade e de indicação do enfrentamento ao racismo como pauta principal do ano de 2015, com a articulação da Marcha das Mulheres Negras do Cariri, como momento preparatório para a Marcha de Brasília.

Desta maneira, no ano de 2015 a pauta central foi a mulher negra e a estruturação da Marcha das Mulheres Negras no Cariri, atendendo ao chamado do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC). Sob o lema “uma sobe e puxa a outra”, as mulheres marcharam.

O Manifesto da Marcha das Mulheres Negras do Cariri foi assinado por mais de 30 entidades componentes do Comitê impulsor. A Marcha aconteceu no dia 31 de março de 2015 e contou com a presença de mais de duas mil pessoas, sendo considerado um momento vitorioso para os movimentos feministas e negro do Cariri. “Foi a primeira vez que o movimento enegreceu, diz Veronica Carvalho [...]” (SOARES, 2018, p. 52), e isso visibilizou a capacidade de mobilização da Frente de Mulheres junto a diversas forças do movimento social, contando com uma heterogeneidade de mulheres – trabalhadoras rurais, mulheres da cultura de tradição, mulheres de terreiro, feministas dos coletivos jovens, idosas dos grupos dos CRAS e SESC, escolas municipais, servidoras públicas e sindicatos.

A marcha foi sucedida por formações em torno da questão racial, seus impactos na formação social brasileira, sua dimensão institucional e a consubstancialidade com as dimensões de gênero e classe. Ademais, pautou-se a exploração do corpo das mulheres negras e sua objetificação, assim como a ineficiência das políticas de combate à discriminação racial. Desses processos formativos, saiu a reafirmação da necessidade de fortalecer as ações de enfrentamento ao racismo e de evidenciar as mulheres negras como protagonistas dos processos formativos-organizativos da Frente de Mulheres.

Também impulsionou a participação das mulheres de terreiro na Frente, que agrega a defesa dos direitos dos/das praticantes das religiões de matriz africana e a luta contra a intolerância religiosa na região como pauta, articulada organicamente à questão das

periferias, já que os terreiros se concentram nas localidades mais pobres e impactadas com a ausência de políticas públicas e o racismo institucional. Nesse sentido, para além da participação ativa da Frente nas tradicionais marchas contra a intolerância religiosa, foi realizada em 2015 uma audiência pública sobre liberdade religiosa, e um seminário de formação com os diversos terreiros no intuito de tirar uma pauta comum de reivindicações e reverberar o debate dos povos de axé ao conjunto dos movimentos sociais e poderes locais instituídos.

Assim como a luta antirracista, foi forjada no tensionamento das mulheres negras no interior da Frente e acabou se transformando em pauta prioritária. Foi necessária a pressão por parte das feministas jovens, das LGBTQIA e de grupos de estudo das universidades da região para que houvesse a emergência do debate de diversidade sexual e da luta contra a LGBTTOIAfobia na Frente.

Também é relevante pontuar que as demandas em torno da violência contra a mulher acabam tomando muito tempo e energia das militantes da Frente, principalmente porque têm grande incidência e impacto social, assim como pela legitimidade que esse coletivo alcançou e acaba fazendo com que ele seja constantemente requisitado para essa pauta – seja via sociedade civil, meios de comunicação, universidades e até mesmo pelo estado. Um exemplo disso é que no ano de 2016 a Frente de Mulheres retorna o seu foco de atuação para o enfrentamento à violência contra a mulher e ao feminicídio em virtude

do aumento dos casos na região, destaca-se aí: o desaparecimento da Jovem Rayane Alves Machado na cidade do Crato, o registro de 4 estupros em uma semana no centro da cidade do Crato e as ocupações dos estudantes secundaristas e universitários em apoio ao movimento grevista dos professores/professoras do estado e contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241, que propunha a criação de um teto para gastos com despesas básicas de educação e saúde por 20 anos.

Nessa conjuntura o movimento acabou suspendendo as suas atividades formativas e de organização interna para responder a demandas de diversas ordens: audiências públicas com o legislativo – municipal e estadual para a construção de um plano de enfrentamento e prevenção à violência contra a mulher; reuniões com a Ouvidoria Geral externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará para o monitoramento das políticas públicas e implantação de um Núcleo de Defensoria da Mulher (NUDEM) no Cariri; acompanhamento sistemático do caso Rayane Alves e atos de rua para pressionar as autoridades policiais na resolução da questão; assessoria às ocupações estudantis, especialmente à ocupação da Escola Municipal José Alves Figueiredo, que era constituída por adolescentes feministas; participação das militantes da Frente nas greves dos servidores no âmbito municipal, estadual e federal; audiência com o legislativo e a polícia militar do Crato para pautar a cultura do estupro na região; ato público e atividades nas universidades sobre a cultura do estupro; audiências públicas e seminário com os diversos terreiros.

De outra parte, destacam-se, também, a partir desse intenso ativismo político, o protagonismo das feministas jovens e a proliferação de coletivos feministas e grupos de estudo/extensão em gênero na região, vistos como expressão do fortalecimento da Frente de Mulheres e elemento de oxigenação do feminismo, inclusive elencando questões e demandas que não tinham tanto espaço, tal como os direitos sexuais e reprodutivos, corporalidades, sexualidades e juventudes. Entre esses grupos e coletivos, destaco a relevância do Piquenique Feminista e do Coletivo Marias, que realizam atividades auto-organizadas nas praças do eixo Juazeiro do Norte – Crato - Barbalha, com adolescentes e jovens, pautando novas formas de pensar a ocupação do espaço público e efetivando uma popularização das pautas feministas entre as meninas e mulheres jovens.

Todos esses elementos foram avaliados pela Frente de Mulheres, em sua reunião de planejamento para 2017, como decisivo para o fortalecimento dos movimentos feministas na região e de forte ativismo político. “Esse ano a Frente se popularizou entre as mulheres e se colocou como referência de feminismo para o Ceará” (FRENTE DE MULHERES, 2017, p. 3). Tal referência se materializou em dois ganhos concretos: a conquista do Núcleo de Defensoria da Mulher (NUDEM) no Cariri e o Prêmio Maria Amélia Leite de Direitos Humanos do Fórum de Justiça do Ceará, pela luta no enfrentamento à violência contra a mulher no Cariri.

Marques (2019), ao realizar uma análise sobre a participação da Frente na audiência

pública da Defensoria do Estado do Ceará, para a reivindicação do Núcleo de Defensoria da Mulher (NUDEM) no Cariri, percebeu que as táticas de ação política da Frente possibilitavam que ela pautasse os espaços que ocupava. De fato, a Frente operacionalizou de 2014 a 2018 um aumento da legitimidade do movimento frente a outros movimentos sociais, sociedade civil, meios de comunicação e Estado, a partir da ocupação de diversos espaços políticos, e com a capacidade de estender a suas pautas aos demais movimentos.

De outra parte, a ideia de ocupar vários espaços sociais repercutiu em um processo de superexposição das lideranças da Frente, bem como de pressão por parte da sociedade civil para que se posicionem em diversas questões da região. Isso traz à tona as dificuldades de se fazer feminismo no interior do Brasil, considerando a existência de oligarquias locais que se reproduzem a partir do mando, da perseguição e do coronelismo, sendo, portanto, elas mesmas a própria expressão da violência. Também considero que a conformação das relações sociais em uma cidade de médio e pequeno porte é completamente distinta dos grandes centros urbanos, sendo possível identificar as militantes, seus familiares, ocupação e locais que frequenta. Nesse sentido, há possibilidade dos processos de criminalização e exposição das militantes serem mais intensos, já que pertencem a uma Frente que nasce no interior do estado do Ceará, em uma região com muita violência e se insurgindo contra ela. O que quero dizer é que no Cariri as militantes ficam marcadas socialmente como lutadoras sociais e isso é uma mediação importante na constituição do sujeito coletivo.

Paulatinamente, todos esses eventos foram conformando a Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri enquanto uma frente feminista, anticapitalista, antirracista, anti-lesbo-homo-bi-transfóbica, suprapartidária e laica, que corporifica-se como um espaço feminista de articulação, organização e formação em defesa dos direitos das mulheres, aglutinando um conjunto de movimentos sociais, coletivos, entidades, associações, partidos políticos, em torno da missão de “articular e fortalecer os movimentos pelos direitos das mulheres e combate às opressões; fomentar o surgimento de novos movimentos; propor e cobrar efetivação de políticas públicas” (FRENTE DE MULHERES, 2017, p. 1).

Desde a sua formação, aos princípios políticos da Frente, associa-se as pautas prioritárias de luta contra o feminicídio e à violência contra a mulher, a questão do racismo, da diversidade sexual e das identidades de gênero, a luta pela descriminalização do aborto e por direitos sexuais e reprodutivos, a auto-organização das mulheres e a pressão por efetivação de políticas públicas para elas; tais pautas são referências para a constituição de estratégias, táticas e articulações. Aqui, o Conselho de Direitos da Mulher Cratense aparece como uma tática de luta importante, sendo historicamente ocupado pelos movimentos de mulheres, e atualmente tendo as cadeiras destinadas à sociedade civil, ocupadas pela Frente de mulheres a partir do reconhecimento da necessidade desse espaço político na pressão por políticas públicas e efetivação dos serviços sociais destinados às mulheres.

É compreensível que a popularização dos feminismos na região e a aproximação de

mulheres de localidades, faixas etárias, classes sociais, religiões, raças, posições políticas e orientações sexuais e identidades de gênero distintas provocassem um conjunto de demandas complexas e específicas que demandam ser respondidas; mesmo que a Frente, enquanto sujeito político, não tenha condições concretas de atendê-las, inclusive por que muitas dessas demandas são de competência do estado, e outras são expressões do nó patriarcado-racismo-capitalismo. Todavia, a luta por cidadania, igualdade e liberdade é pressuposto de um projeto feminista de transformação da sociedade, no sentido de que as conquistas efetivas da Frente, no que diz respeito ao acesso a políticas públicas, conquista da autonomia e autodeterminação individual, potencializam o fortalecimento do sujeito coletivo feminista. Isso é um desafio para os feminismos porque articula a conquista cotidiana da autonomia individual, ao mesmo tempo em que, coletivamente, se constitui a autonomia e a liberdade das mulheres enquanto coletivo total.

Referências:

- ÁVILA, Maria B. **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS CORPO, 2001.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 1, pp. 207-228, 2008.
- BEAUVIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009
- CAMURÇA, S. M. S. **Novos sujeitos políticos para o enfrentamento da dominação das mulheres**. In: SILVA, C. (Org.). **Experiência em pedagogia feminista**. Recife: SOS CORPO, 2010.
- CISNE, Mirla Alvaro. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE, M; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FIRESTONE, S. **A dialética do Sexo**: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- GURGEL, Telma. **Feminismo e Liberdade**: seu sujeito total e tardio na América Latina. 2004. 166 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS, UFPB, João Pessoa, 2004.
- GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil Contemporâneo: Apontamentos críticos e desafios organizativos. Temporalis**. v. 14, n. 27, 2014.
- IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ISIDORIO, A. V. B.; LIMA, M. E.; GRANGEIRO, C. R. P.; SOARES, S. R. A dimensão pedagógica da luta: protagonismo das mulheres negras na Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. In: **Artefatos da Cultura Negra**, 2015, Crato. Anais. Crato: URCA, 2015. p. 212 - 226.
- KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **ProPosições**. v. 13, n. 1, pp. 47-59, 2002.
- KERGOAT, D. Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. v. 29, n. 1, pp. 93-103, 2010.
- KERGOAT, D. **Lutar, dizem elas...** Coordenação editorial [de] ÁVILA, Maria Bethânia e FERREIRA, Veronica. Recife: SOS CORPO, 2018.

- MARQUES, R. **Bodies and meanings in motion**: Feminisms and subjects of rights in Brazilian Northeast. Congress of the Latin American Studies Association, Boston, USA, May 24 - May 27, 2019.
- MARQUES, R. Como se faz uma região com ideias de atraso, violência e vitimização: gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo. In: CORDEIRO, D. S. (Org.). **Temas contemporâneos em sociologia**. Fortaleza: Íris, 2013. p.68-72
- MARQUES, R.; QUIRINO, G. da S.; ARAÚJO, I. M. Acesso e apropriação de políticas públicas de gênero no Centro-sul Cearense: observações preliminares. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. E. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011
- SILVA, C. S. M. **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: SOS CORPO, 2016.
- SOARES, D. **O Cariri – Crato - Juazeiro do Norte**: estudo de Geografia Regional. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.
- SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.